



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

SÉRGIO MORO DEFENDE APURAÇÃO SOBRE PAGAMENTOS DE EX-ASSESSOR DO SENADOR ELEITO FLÁVIO BOLSONARO

Futuro ministro da Justiça afirmou que não cabe a ele dar explicações sobre relatório do Coaf



O futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, defendeu que sejam esclarecidos os fatos relacionados ao relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) que aponta movimentação financeira atípica de um ex-assessor de Flávio Bolsonaro (PSL), filho de Jair Bolsonaro e senador eleito.

Questionado por repórteres sobre o tema, Moro falou que é inapropriado, em sua posição, fazer comentários sobre casos concretos.

“Eu, na verdade, fui nomeado para ser ministro da Justiça. Não cabe a mim dar explicação sobre isso”, disse.

Em seguida, o ex-juiz comentou o caso e disse que explicações ainda precisam ser dadas.

“O presidente já apresentou algum esclarecimento. Tem outras pessoas que precisam prestar seus esclarecimentos. E os fatos, se não forem esclarecidos, têm que ser apurados”, disse.

O documento do Coaf aponta que o ex-assessor parlamentar e policial militar Fabrício José Carlos de Queiroz movimentou R\$ 1,2 milhão entre janeiro de

2016 e janeiro de 2017. Uma das transações seria um cheque de R\$ 24 mil destinado à futura primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Hoje vinculado ao Ministério da Fazenda, o Coaf passará para o Ministério da Justiça a partir do ano que vem. Sob sua responsabilidade, Moro disse que o órgão será reforçado.

“Haverá uma possibilidade de reforçar o corpo funcional, com o que se espera que haja uma maior eficiência. Também há uma intenção de deixá-lo trabalhando mais próximo dessas operações de investigação”, afirmou.

O ex-magistrado se esquivou de comentar o caso envolvendo Flávio Bolsonaro, ao fim de uma entrevista coletiva em Brasília. Diante de perguntas a respeito do episódio, apenas acenou com tchau e continuou a andar para ir embora.

O presidente eleito afirmou que Fabrício Queiroz, o ex-assessor de seu filho, deve explicações sobre as movimentações. O Coaf citou repasse entre Fabrício e outros assessores do senador eleito.

Indagado se vê isso com naturalidade, Bolsonaro disse: “Ele tem que explicar, pode ser, pode não ser”.

Ainda assim, o futuro presidente sugeriu que foram baixos os valores transferidos entre os assessores, ressaltando que as movimentações mais altas aconteceram com a mulher e as duas filhas. “Um ao longo de um ano transferiu 800 reais. O outro transferiu 1.500 reais, poxa.”

As informações fazem parte do relatório do Coaf da Operação Furna da Onça, que prendeu dez deputados estaduais do Rio de Janeiro. O Ministério Público Federal solicitou ao órgão de controle financeiro os casos de movimentação atípica envolvendo funcionários da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro). Os dados sobre o policial militar chamaram a atenção por, entre outros motivos, registrar “movimentações em espécie realizadas por clientes cujas atividades possuam como característica a utilização de outros instrumentos de transferência de recursos”.

A movimentação de R\$ 1,2 milhão por meio de pequenos valores é o método mais popular de lavagem de dinheiro, mas não é automaticamente um crime. A prática só se torna crime de lavagem se os recursos tiveram origem ilícita.



O futuro Ministro da Justiça Sérgio Moro.